



ESCOLA DE ACTIVISMO EM SAÚDE

Curso de Cidadania Sanitária Plano Pedagógico

Autores:
Celso Give

Clélia P. Liquele

António Timbana

Jorge Matine

Organização / Autoria:



Colaboração:



Financiamento:



COPYRIGHT ©: Todos os direitos reservados. Portanto, o conteúdo desta obra pertence única e exclusivamente aos seus autores. Esta publicação não poderá ser reproduzida, na sua totalidade ou em parte, independentemente do formato ou meio, seja este electrónico, mecânico ou óptico, para qualquer propósito, sem a devida autorização expressa, por escrito, dos seus autores, bem como das direcções executivas do **Observatório Cidadão para Saúde** e da **medicumsmundi**.

Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro da **Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento** (AECID), no âmbito do convénio “*Contribuir para a cobertura universal da saúde mediante a revitalização dos CSP em Moçambique*”.

O conteúdo desta publicação é da responsabilidade exclusiva dos seus autores, do **Observatório Cidadão para Saúde** e da **medicumsmundi**, e não reflecte necessariamente a opinião da **AECID**.

1ª edição: Maio de 2023

Índice

1. Introdução
2. Objectivos
3. Módulo
4. Estrutura do Desenvolvimento de cada Módulo
5. Avaliação
6. Carga Horária e Duração do Curso
7. Recursos dos Módulos
8. Plano Temático do Curso
9. Cronograma de Estudo
10. Bibliografia

Siglas e Acrónimos

APEs – Agentes Polivalentes Elementares

BM – Banco Mundial

CNCS – Conselho Nacional de Combate ao HIV/SIDA

CPS – Cuidados de Saúde Primários

CIDESC – Convenção Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais

CIDCP – Convenção sobre os Direitos Cívicos e Políticos

CEDM - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

CIEFDR – Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

CRM – Constituição de República de Moçambique

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FMI – Fundo Monetário Internacional

GTA – Grupo Técnico de Assessoria

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MISAU – Ministério da Saúde

US – Unidade Sanitária

ONGs – Organizações Não Governamentais

OMS – Organização Mundial da Saúde

VIH – Vírus de Imunodeficiência Humano

SIDA – Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta

PESS – Plano Estratégico do Sector da Saúde

SNS – Serviço Nacional de Saúde

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

SWAp – Abordagem Sectorial Ampla à Programação

OSCs – Organizações da Sociedade Civil

OCS – Observatório Cidadão para Saúde

MONASO – Rede Moçambicana de Organizações Contra o SIDA

NAIMA+ - Rede das ONGs internacionais que trabalham na área da Saúde e HIV em Moçambique

MSF – Médicos Sem Fronteiras

1. Introdução

A saúde constitui um direito fundamental no ordenamento jurídico moçambicano, conforme depreende-se no artigo 89 da Constituição da República de Moçambique (CRM), que estabelece o seguinte: *“Todos os cidadãos têm o direito à assistência médica e sanitária, nos termos da lei, bem como o dever de promover e defender a saúde pública.”*

Importa destacar que constituem parte dos objectivos fundamentais do Estado Moçambicano: *“a edificação de uma sociedade de justiça social e a criação do bem-estar material, espiritual e de qualidade de vida dos cidadãos; a defesa e a promoção dos direitos humanos e da igualdade dos cidadãos perante a lei”*; conforme consagrados nas alíneas c) e e) do artigo 11 da CRM. Estes objectivos fundamentais enquadram-se na ideia central dos parâmetros internacionais de saúde, onde sublinha-se que todo o indivíduo deve desfrutar, ao mais alto nível, o padrão possível de saúde física e mental.

O direito à saúde inclui assistência médica, provisão de medicamentos a preços acessíveis, acesso à informação para a tomada de decisões informadas sobre busca, acesso e disponibilidade de cuidados e serviços de saúde. Por exemplo, o acesso à informação e à assistência médica constituem eixos centrais para a promoção de uma cidadania mais activa e participativa, em que os deveres de protecção, promoção e preservação da saúde implicam efeitos e consequências que vão para além de pessoas singulares e gerações. Foi com base no reconhecimento do papel central da participação activa dos cidadãos, em questões de saúde, que a Escola de Activismo em Saúde desenvolveu este curso, cujo manual apresenta as principais áreas temáticas, objectivos, metodologias de ensino, aprendizagem e de avaliação.

2. Objectivos

- Dotar os profissionais de saúde de conhecimentos sobre o principal quadro jurídico nacional referente ao direito à saúde para tomarem decisões informadas sobre os direitos e orientar intervenções centradas na participação activa e na promoção de saúde;

- Aumentar os níveis de conhecimento dos profissionais de saúde, activistas e outros actores em matérias de políticas de saúde de Moçambique;
- Reforçar o conhecimento sobre os principais pilares da saúde, com vista a elaborar-se estratégias de acção para intervenções no sector;
- Reforçar o conhecimento dos profissionais sobre os principais conceitos, nomeadamente o de cidadania, participação e activismo para melhorar os níveis de intervenção e interação com as organizações da sociedade civil, no direito à saúde.

3. MÓDULOS DO CURSO

O curso de Cidadania Sanitária está organizado em regime modular, sendo que cada módulo aborda, especificamente, uma determinada temática referente à acção da Cidadania Sanitária. Para que melhor se explorasse os conteúdos modulares, desenvolveu-se temas e subtemas específicos. Abaixo apresentemos os módulos constituintes do curso:

- Módulo 1: Saúde como Direito Humano
- Módulo 2: Sistema de Saúde de Moçambique
- Módulo 3: Mecanismos de Participação da Sociedade Civil
- Módulo 4: Plano de Acção do Activista

4. ESTRUTURA MODULAR

- Título do módulo;
- Breve apresentação dos conteúdos modulares (introdução);
- Objectivos do módulo;
- Palavras-chave;
- Desenvolvimento dos conteúdos;
- Avaliação do módulo;
- Referências bibliográficas /Webgrafia/vídeos.

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso será ministrado em dois tipos de formatos nomeadamente: online e presencial. Cada formato de leccionação terá a sua duração específica, estando 4 semanas para a formação online e 1 semana para a presencial.

Relativamente às formas de avaliação, o curso compreenderá a adopção de 4 modalidades nomeadamente: 1) avaliação inicial, 2) durante o curso, 3) Avaliação qualitativa e 4) avaliação final.

Tratando-se de um curso modular, a avaliação inicial focalizar-se-á em cada módulo, assumindo-se que alguns formandos podem se interessar por um módulo específico.

1. Avaliação inicial

Realizar-se-á no primeiro dia do curso e está centrado num módulo específico, e serão utilizados os seguintes instrumentos:

- a) Expectativas: Será realizada uma entrevista estruturada (questionário ou pré-teste), ou aberta no fórum, sobre as necessidades de formação e as expectativas em relação ao curso.
- b) Conhecimentos: Pré-teste (perguntas múltiplas) dos conhecimentos sobre os temas.

2. Avaliação contínua

Será conduzida a ministração dos módulos, baseando-se em:

- a) Realização de um teste sobre os conteúdos modulares que serão em formato de escolhas múltiplas;
- b) No final de cada módulo, o formando realizará um teste que pode ser de escolha múltipla ou com perguntas abertas.

3. Avaliação qualitativa

Focalizar-se-á na participação do fórum de debate, realização de actividades propostas e participação nas sessões de webinar.

4. Avaliação final

Esta avaliação será conduzida nos dois últimos dias do curso e adaptará a seguinte metodologia:

- a) Expectativas: Uma breve entrevista estruturada (questionário ou pré-teste) sobre o grau de satisfação ou não das expectativas dos/as formandos/as; níveis de cometimento com o curso; organização do curso (docentes, materiais disponibilizados, tempo, acompanhamento e tutoria, funcionamento da plataforma, etc.).

- b) Pós-teste (perguntas de múltipla escolha ou perguntas abertas) dos conhecimentos sobre os temas. Este teste visa avaliar a assimilação de conhecimentos pelos formandos e será comparado ao pré-teste para verificar se os formandos adquiriram conhecimentos robustos sobre os módulos leccionados.
- c) Capacidades e habilidades com base na elaboração de um plano de acção dos activistas, inspirado na cultura organizacional do formando, visão, missão e objectivo da intervenção escolhida.

6. CARGA HORÁRIO E DURAÇÃO DO CURSO

A carga horária do curso varia de acordo com a modalidade de curso. Para o curso online, serão 60 horas e presencial serão 40 horas. Esta carga horária é distribuída em cada UT, conforme o Plano Temático do FORMATO ONLINE do curso apresentado na secção 8.

7. RECURSOS DO MÓDULO

Cada módulo contará com os seguintes recursos: vídeo, resumo introdutório no qual apresentam-se os elementos-chave de cada módulo, sebenta de apoio e apresentação em Powerpoint.

8. PLANO TEMÁTICO DO CURSO

Módulos	Temas	Conteúdos	Total de horas – práticas/teóricas
Módulo 0: Propedêutico/ambientação		<ul style="list-style-type: none"> • Filosofia do curso • Objectivos • Metodologias • Avaliação inicial 	2 (1 prática)
Módulo 1: Saúde como Direito Humano	Convenções internacionais sobre o direito à saúde.	<ul style="list-style-type: none"> • Explora os principais marcos históricos do reconhecimento da saúde enquanto um direito humano; • Apresenta a declaração universal dos direitos humanos e sua relação com o direito à saúde; • Convenções e diplomas internacionais sobre o à saúde; • Apresenta algumas convenções e diplomas internacionais sobre o direito à saúde, ratificadas por Moçambique. 	14 (4 práticas)
	Principais componentes do direito à saúde e frequentes equívocos.	<ul style="list-style-type: none"> • Explora as noções de direito à saúde; • Apresenta os determinantes (individuais e estruturais) de saúde e factores que podem influenciar o acesso aos cuidados de saúde; • Explora frequentes incompreensões sobre o direito à saúde. 	
	Direito à saúde em Moçambique.	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação existente que normatiza o direito à saúde em Moçambique; • Factores que influenciam o gozo do direito à saúde em Moçambique; • Situação económica do país e a sua influência no direito à saúde Disponibilidade, acessibilidade e aceitabilidade dos cuidados de saúde. 	

	Plano Estratégico do Sector da Saúde PESS 2014-2019.	<ul style="list-style-type: none"> • Explora pilares centrais do PESS, nomeadamente: 1) “Mais e Melhores” serviços e 2) reformas holísticas centradas na descentralização; • Principais Objectivos do PESS 2014 – 2019; • Apresenta o quadro conceptual do PESS. 	
Módulo 2: Sistema de Saúde de Moçambique	Sistema de saúde de Moçambique.	<ul style="list-style-type: none"> • Explora a história dos serviços nacionais de saúde, desde o tempo colonial à democracia multipartidária; • Apresenta a organização do Serviço Nacional de Saúde; • Explora a descentralização dos serviços nacionais de saúde e suas dinâmicas; • Apresenta os principais problemas e prioridades do Sector de Saúde; • Apresenta a planificação Sectorial Ampla (SWAp); • Explora os principais acordos e princípios emanados da reunião do Kaya Kwanga. 	13 (4 práticas)
Módulo 3: Mecanismos de Participação da Sociedade Civil	Conceitos de participação e da sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> • Analisa os conceitos de participação, sociedade civil e responsabilização social; • Discute-se o enquadramento destes conceitos em Moçambique; • Apresenta-se os papéis das organizações da sociedade civil 	13 (4 práticas)
	Organizações da sociedade civil em Moçambique.	<ul style="list-style-type: none"> • Explora-se e apresenta-se as contribuições das organizações da sociedade civil; • Apresentam-se as limitações das organizações da sociedade civil em Moçambique. 	
	Mecanismos de participação das Organizações da Sociedade civil.	<ul style="list-style-type: none"> • Explora-se os diferentes mecanismos existentes de participação das organizações de sociedade civil; • Apresenta-se um quadro de categorias de actividades e acções das organizações da sociedade civil. 	

Módulo 4: Plano de Acção do Activista	<u>Activismo</u> , cidadania e responsabilidade social.	<ul style="list-style-type: none"> • Apresenta-se os conceitos de activismo e responsabilização social; • Apresentamos a teoria da mudança e sua importância no plano de acção do activista; • Exploram-se as etapas de acção ou mudança a serem alcançadas através de um plano de acção; • Apresentam-se as razões de se criar um plano de acção do activista; • Enumera-se as etapas para a criação de um plano de acção; • Apresenta-se o exemplo dos objectivos SMART e de um diagrama de plano de acção. 	13 (4 práticas)
Avaliação			5
Total			60

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MÓDULO 1: SAÚDE COMO UM DIREITO HUMANO

1. United Nations. Universal declaration of human right. Available at: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>.
2. United Nations (2020). Human Rights Council Forty-fourth Session. Resolution adopted by the Human Rights Council on 16 July 2020. Available at: <https://undocs.org/en/A/HRC/RES/44/2>.
3. Prince, Ruth Jane. (2017) Universal Health Coverage in the Global South: New models of healthcare and their implications for citizenship, solidarity and the public good. Available at: <http://urn.nb.no/URN:NBN:no-74121>
4. United Nations (2019). Economic, social and cultural rights. Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights. Available at: <https://undocs.org/E/2019/52>. Sen, A. Universal Healthcare: the affordable dream. The Guardian, 6th January 2015. <https://www.theguardian.com/society/2015/jan/06/-sp-universal-healthcare-the-affordable-dream-amartya-sen>.
5. PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2019). Relatório Inicial da avaliação do ambiente jurídico em Moçambique. Disponível em: <https://hivlawcommission.org/wp-content/uploads/2019/10/UNDP-Reports-LegalEnvironmentAssessments-Mozambique.pdf>.
6. Boletim da República. Constituição da República de Moçambique. Serie N°51. 2004
7. The Abuja Declaration: Ten Years On. World Health Organization. [Online]. Geneva; 2011 [cited 2018 August. Available from: http://www.who.int/healthsystems/publications/abuja_declaration/en/.
8. Mbofana, Francisco (2019) Municípios e saúde em Moçambique: da legislação à implementação. Anais do IHMT. DOI: <https://doi.org/10.25761/anaisihmt.269>
9. Massarongo-Jona O. O Direito à Saúde como um direito humano em Moçambique. Cad. Ibero Am. Direito Sanit. [Internet]. 30º de dezembro de 2016 [citado 25º de janeiro de 2022];5:152-64. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/348>.
10. Boletim da República. Lei n°5/2002 de 5 fevereiro. N°7. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/Diario_do_Governo_2002.pdf

11. Freiburghaus (2018). The Right to Health Approach in Mozambique: Facts, Figures and Dilemmas. *Medicus Mundi*. Available at: <https://www.medicusmundi.ch/de/advocacy/publikationen/mms-bulletin/gesundheit-ein-menschenrecht/>.
12. Garrido, Ivo (2020). Health, development, and institutional factors. The Mozambique case. WIDER Working Paper 2020/131. UNU-WIDER 2020. Available at: <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2020/888-7>
13. Moçambique, Plano de Ação para Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 (Parpa II), Maio 2006, em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTPOVERTY/EXTPRS/0,,contentMDK:20195487~menuPK:421515~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:384201~isCURL:Y,00.html>
14. United Nations Development Programme (UNDP) . The 2020 Human Development Report. Available at: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2020.pdf>
15. Anselmi, L., Lagarde, M., & Hanson, K. (2015). Health service availability and health seeking behaviour in resource poor settings: evidence from Mozambique. *Health Economics Review*, 5. <https://doi.org/10.1186/s13561-015-0062-6>
16. Give Celso, Sidat M, Ormel H, Ndima S, McCollum R, Taegtmeier M. *Exploring competing experiences and expectations of the revitalized community health worker program in Mozambique: an equity analysis*. *Hum Resour Health*. 2015 Sep 1; 13:54. DOI: 10.1186/s12960-015-0044-0.
17. Alba Llop-Girones & Sam Jones (2021) Beyond access to basic services: perspectives on social health determinants of Mozambique, *Critical Public Health*, 31:5, 533-547, DOI: 10.1080/09581596.2020.1769838.
18. Give, Celso., Ndima, S., Steege, R. et al. Strengthening referral systems in community health programs: a qualitative study in two rural districts of Maputo Province, Mozambique. *BMC Health Serv Res* (2019) 19: 263. <https://doi.org/10.1186/s12913-019-4076-3>
19. Ministério da Saúde. (2013b). Plano Estratégico do Sector da Saúde 2014-2019. Ministério da Saúde (MISAU), Direcção Nacional de Saúde Pública - Programa Nacional de Controlo

das ITS/HIV e SIDA, Guião Orientador Sobre Modelos Diferenciados de Serviços em Moçambique. Moçambique - 2018.

MÓDULO 2: SISTEMA DE SAÚDE DE MOÇAMBIQUE

1. Sidat M, Ndima S, Taegtmeyer M, Ormel H, McCollum R, **Give Celso**: *Context analysis report of close-to-community providers in Mozambique*. University Eduardo Mondlane; 2014. Available at: <http://www.reachoutconsortium.org/media/1834/mozambiquecountryanalysisjuly2014compressed.pdf>
2. Mbofana, Francisco (2019) Municípios e saúde em Moçambique: da legislação à implementação. Anais do IHMT. DOI: <https://doi.org/10.25761/anaisihmt.269>
3. Garrido, Ivo (2020). Health, development, and institutional factors. The Mozambique case. WIDER Working Paper 2020/131. UNU-WIDER 2020. Available at: <https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2020/888-7>.
4. Mitano F, Ventura CAA, Lima MCRAA, Balegamire JB, Palha PF (2016). Direito à saúde: (in)congruência entre o arcabouço jurídico e o sistema de saúde. Rev. Latino-Am. Enfermagem. 2016;24:e2679. [Access ____ _ ____]; Available in: _____. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1518-8345.0995.2679>.
5. *Declaração de Alma Ata sobre Cuidados Primários* 1978. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_alma_ata.pdf
6. Ombe, JC; Catique, EU. (2017). As implicações da descentralização na gestão das unidades sanitárias: um olhar para o caso do Município de Maputo. Comunicação apresentada na Conferência Desafios da investigação social e económica em tempos de crise organizada pelo IESE. Maputo. Moçambique
7. Ministério da Saúde. (2013). Plano Estratégico do Sector da Saúde 2014-2019.
8. CIRESP (2001). Estratégia de Reforma do Sector Público. Maputo.
9. FARIA, Fernanda; CHICHAVA, Ana (1999). Descentralização e Cooperação Descentralizada em Moçambique.
10. Randi Kaarhus e Pamela Rebelo (2003). OSCs e SWAPs. O papel das organizações da sociedade civil no sector de saúde em Moçambique. Disponível em: umb.no/statisk/noragric/publications/reports/2003_nor_rep_16_port.pdf.

11. Código de Conduta Kaya Kwanga (2000) O Compromisso de Kaya Kwanga: Código de Conduta para Guiar a Parceria para o Desenvolvimento da Saúde em Moçambique. Disponível em: <https://www.afro.who.int/sites/default/files/2017-06/moz-code-conduct.pdf>.
12. Forquilha et al (2018). Descentralização no sector da saúde: alcance e implicações para os cuidados de saúde primários. Medicus mundi, Maputo. Disponível em: <https://www.medicusmundimozambique.org/files/2020/03/190815-relatorio-descentralizacao-1.pdf>
13. Gironés, et al (2018). Desigualdades em Saúde em Moçambique: necessidades, acesso, barreiras e qualidade de atendimento. Medicus mundi, Maputo. Disponível em: <https://medicusmundimozambique.org/files/2020/03/19-03-07-investigacion-inequidades-final-pt.pdf>.
14. Give Celso, Sidat M, Ormel H, Ndima S, McCollum R, Taegtmeier M. Exploring competing experiences and expectations of the revitalized community health worker program in Mozambique: an equity analysis. Hum Resour Health. 2015 Sep 1; 13:54. DOI: 10.1186/s12960-015-0044-0.
15. Ministério da Saúde (MISAU), Direcção Nacional de Saúde Pública - Programa Nacional de Controlo das ITS/HIV e SIDA, Guião Orientador Sobre Modelos Diferenciados de Serviços em Moçambique. Moçambique - 2018.

MÓDULO 3: MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1. Anuradha Joshi & Peter P. Houtzager (2012): Widgets or Watchdogs?, Public Management Review, 14:2, 145-162. Available at: <http://dx.doi.org/10.1080/14719037.2012.657837>
2. Escorel, Sarah, Arouca, Luna (2016). Democracia e participação: para além das dicotomias. Saúde Debate | Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, p. 39-48. DOI: 10.1590/0103-11042016S04.
3. ESCOREL, S.; MOREIRA, M. R. (2012) Participação Social. In: GIOVANELLA, L. et al. (Org.). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012, p. 853-884.
4. Gaventa, J. and Barrett, G. (2010) So What Difference Does It Make? Mapping the Outcomes of Citizen Engagement, IDS Working Paper 347, Brighton: Institute of Development Studies.

5. Brannan T, John P, Stoker G. Active citizenship and effective public services and programmes: How can we know what really works? *Urban Studies* 2006; 43(5/6): 993-1008.
6. Harrison S, Mort M. Which champions, which people? Public and user involvement in health care as a technology of legitimation. *Social Policy and Administration* 1998; 32(1):60-70.
7. Milewa T. Local Participatory Democracy in Britain's Health Service: Innovation or Fragmentation of a Universal Citizenship? *Social Policy & Administration* 2004; 38(3):240-252
8. Greer SL, Wismar M (2017). Working with civil society for health: policy conclusions. In: Greer SL, Wismar M, Pastorino G, et al., editors. *Civil society and health: Contributions and potential* [Internet]. Copenhagen (Denmark): European Observatory on Health Systems and Policies.
9. World Health Organization (2018). Together for the Triple Billion. A new era of partnership between WHO and civil society. Available at: <https://civilsociety4health.org/app/uploads/2018/12/WHO-cso-report.pdf>.
10. Boletim da República de Moçambique (2021). Política de Saúde, Resolução n.º 13/2021, 16 de Abril de 2021.
11. Freiburghaus (2018). The Right to Health Approach in Mozambique: Facts, Figures and Dilemmas. *Medicus Mundi*. Available at: <https://www.medicusmundi.ch/de/advocacy/publikationen/mms-bulletin/gesundheit-ein-menschenrecht/>
12. Observatório do Cidadão para a Saúde (OCS) (2021). Proposta de Revisão da Carta Moçambicana dos Direitos e Deveres do Doente, aprovada pelo Conselho de Ministros, através da Resolução n.º 73/2007 de 18 de Dezembro.
13. Conselho de Ministros (2007). Carta Moçambicana dos Direitos e Deveres do Doente. Resolução n.º 73/2007 de 18 de Dezembro. Disponível em: <https://www.misau.gov.mz/index.php/resolucoes?download=27:resolucao-73-2007-aprova-a-carta-dos-direitos-e-deveres-do-doente>.

MÓDULO 4. PLANO DE ACÇÃO DO ACTIVISTA

1. Fox, J. (2015). Social Accountability: What Does the Evidence Really Say? GPSA Working Paper No.1, September, the World Bank. Washington, DC.
2. Green, D. (January 2015). Promoting Active Citizenship: What We Have Learned From 10 Case Studies of Oxfam's Work. Oxfam International
3. McNeil, M. and Malena, C. (2010). Lessons from Social Accountability Initiatives in Africa, World Bank. Washington DC.
4. Greer SL, Wismar M (2017). Working with civil society for health: policy conclusions. In: Greer SL, Wismar M, Pastorino G, et al., editors. Civil society and health: Contributions and potential [Internet]. Copenhagen (Denmark): European Observatory on Health Systems and Policies.
5. O'Meally, S. C. 2013. "Mapping Context for Social Accountability: A Resource Paper." Social Development Department, World Bank, Washington, DC
6. Bettiol LM. Saúde e participação popular em questão: o Programa Saúde da Família. São Paulo: Editora UNESP; 2006.
7. Athuraliya, Amanda (2022). The Easy Guide to Developing an Effective Action Plan. Available at: <https://creately.com/blog/diagrams/how-to-write-an-action-plan/>
8. Funnell, S. C., and Rogers, P. J. (2011). Purposeful Program Theory. San Francisco, CA: Jossey-Bass. Available at: <https://evaluationcanada.ca/system/files/cjpe-entries/27-2-106.pdf>
9. Mamede, Walmer (2019). Proposta de análise segundo a Teoria da Mudança: do Ciência Sem Fronteiras ao Programa Institucional de Internacionalização. Parc. Estrat. Brasília-DF v. 24, n. 48, p. 133-150. jan-jun - 2019. Disponível em: http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/920/837